

ALFABETIZAR-LETRANDO NA EJA: UM PLANO DE SENTIDOS NO PROCESSO FORMATIVO

Bruna da Silva¹

Aline Santos Oliveira²

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades da Educação Básica, destinada aos sujeitos que não concluíram os seus estudos, seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, atendendo a um público cada vez mais heterogêneo, com idade mínima de 15 anos e, em sua maioria trabalhadores, que voltam ou ingressam nas instituições de ensino. O presente trabalho baseia-se nas contribuições de Fávero (s/d), Haddad e Di Pierro (2000), Jardimino e Araújo (2014) e Scocuglia (2003) sobre a Educação de Jovens e Adultos; Freire (1982; 1983), Soares (2018; 2019) e Tfouni (2002) sobre Alfabetização e Letramento. Essa escrita tem como objetivo compreender as ressonâncias de concepções conceituais nos processos de alfabetização e letramento nos anos iniciais, do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos, através da análise das atividades proposta por docentes a alunos que frequentam esta etapa. Essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, tendo como sujeitos docentes e discentes de uma turma multisseriada, de uma instituição pública de ensino, localizada em Bento Gonçalves/RS. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram questionários e entrevistas semiestruturadas. O estudo também se constitui a partir da análise de cadernos de atividades escolares de uma das discentes da turma. Conclui-se que temos muito que avançar na consolidação de propostas de formação docente e políticas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, em especial, no contexto de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Educação de Jovens e Adultos; Prática docente.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, 11 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFRS – Campus Bento Gonçalves. E-mail: bruunads23@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves – Licenciatura em Pedagogia – Docente orientadora. E-mail: aline.oliveira@bento.ifrs.edu.br

2019, representando cerca de 6,6% da população brasileira. Para reverter a situação do analfabetismo no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se faz de grande importância, já que esses sujeitos que tiveram o seu direito negado por fatores diversos, de se alfabetizarem seja na infância ou na adolescência, voltam as salas de aula para garantir esse direito e assim diminuir as desigualdades, em especial, de ordem socioeconômica.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades da Educação Básica destinada aos sujeitos que não concluíram os seus estudos, seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, atendendo a um público cada vez mais heterogêneo, com idade mínima de 15 anos e, em sua maioria trabalhadores, que voltam ou ingressam nas instituições de ensino.

Esses sujeitos, que buscam as instituições de ensino novamente, enfrentam barreiras e preconceitos impostos pela sociedade a fim de concluir os seus estudos e assim diminuir as limitações colocadas por essa realidade. São sujeitos que têm como objetivo se alfabetizarem, inserindo-se em uma sociedade cada vez mais grafocêntrica (centrada na escrita), onde a alfabetização e o letramento ocupam espaços cada vez mais privilegiados.

Esse artigo é fruto da convivência com a minha mãe, uma mulher de 51 anos, que depois de muitos anos decidiu retornar a escola para concluir os seus estudos e realizar o seu maior sonho: ler e escrever com autonomia, fazer as suas atividades diárias como ir ao banco, pegar um ônibus, ler os avisos e recados da empresa onde trabalha sem depender de ninguém.

Durante três anos, observei toda a dedicação e luta de minha mãe em uma escola da rede estadual, do município de Bento Gonçalves, em uma turma multisseriada, onde havia sujeitos iniciando o seu processo de alfabetização como a minha mãe, e outros já o concluindo. Ao longo dessa trajetória, muitas inquietações foram surgindo a respeito do processo de alfabetização e letramento de jovens e adultos, configurando assim o problema de pesquisa desse trabalho: Como ocorre o processo de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos?

A pergunta norteadora direciona os objetivos traçados de estudo tendo como objetivo geral: Compreender as ressonâncias de concepções conceituais dos processos de alfabetização e letramento nos anos iniciais, do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos, através da análise das atividades proposta por docentes aos alunos que frequentam esta etapa. Como objetivos específicos,

intentamos analisar: a) as atividades propostas por docentes aos alunos na Educação de Jovens e Adultos; b) investigar como ocorre o processo de alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos; e, c) analisar a partir da perspectiva discente como ocorre os processos de alfabetização e letramento.

O presente trabalho estrutura-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo refere-se à introdução, onde apresento este trabalho e sua temática; o segundo capítulo traz o percurso histórico e legal da EJA, assim como algumas considerações e perspectivas sobre alfabetização e letramento. O terceiro capítulo discorre sobre a metodologia utilizada neste trabalho, e o quarto capítulo apresenta o contexto da pesquisa e a análise de dados. Por fim, no quinto e último capítulo, apresento as considerações finais, onde é realizada uma reflexão sobre a temática abordada e o percurso percorrido pela autora durante a pesquisa.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

Nesse capítulo serão abordadas as interfaces históricas e legais da Educação de Jovens e Adultos, assim como as perspectivas conceituais de alfabetização e letramento.

2.1 PROCESSO HISTÓRICO DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos não é algo novo. No período colonial, os jesuítas exerciam sua ação educativa com indígenas, em sua grande maioria adultos, onde dedicavam-se a catequizá-los, difundindo o evangelho, além de transmitir normas de comportamento e ofícios necessários para a economia colonial. Posteriormente aos indígenas, esse mesmo grupo religioso dedicou a sua ação aos africanos escravizados e, mais tarde, às escolas humanistas para os colonizadores e seus filhos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, o país passa por inúmeras transformações, fazendo com que os jovens e adultos não obtivessem mais espaço no cenário educacional do país. No período Imperial, através da primeira Constituição Federal, em 1824, é garantida a instrução primária gratuita. Porém, essa garantia não passou de uma intenção legal e pouco ou quase nada foi feito como afirma Haddad e Di Pierro (2000), avançando lentamente ao longo da nossa história.

É apenas no século XX, a partir da década de 1920, que a preocupação com a qualidade educacional começa a ganhar espaço no pensamento político-pedagógico, devido ao processo de industrialização e às mudanças sociais que vinham ocorrendo no país. Contudo, é apenas no final da década de 1940 que a educação de jovens e adultos se firma como política pública, em especial, com campanhas de alfabetização de adultos ligadas diretamente aos movimentos sociais. Conforme Jardimino e Araújo (2014, p. 49): “As políticas educacionais para alfabetização e educação de jovens e adultos precisam ser compreendidas num cenário mais amplo, em que são consideradas as transformações econômicas, políticas e sociais nacionais e internacionais”.

Segundo Fávero (2010), em 1947, foi lançada a Campanha de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA) coordenada por Lourenço Filho, que tinha como objetivo levar a educação de base aos brasileiros iletrados das áreas urbanas e rurais. Essa campanha criou infraestruturas nos estados e municípios para atender aos jovens e adultos, e esses espaços foram mantidos posteriormente. Outras duas campanhas foram lançadas, mas ambas tiveram uma vida curta e pouco realizaram, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952; e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. Em 1959, foi criado como reforço da Campanha de Alfabetização, o Sistema de Rádio Educativo da Paraíba (Sirepa), que mais tarde foi incorporado ao Movimento de Educação de Base (MEB)³, permanecendo ativa por dez anos.

A partir da década de 1960, a Educação de Jovens e Adultos ganha destaque através de inúmeras campanhas e movimentos sociais ligadas à cultura popular. Essas ações buscavam alfabetizar os jovens e adultos inspirados no pensamento pedagógico do educador Paulo Freire, como o Movimento de Cultura Popular, fundando em 13 de maio de 1960, no estado de Pernambuco, na cidade de Recife. Tivemos também a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, criada em fevereiro de 1961, na cidade de Natal, e a criação do Centro Popular de Cultura (CPC), assinada pela União dos Estudantes (UNE), em 1962, no Rio de Janeiro.

³ Programa nacional nascido da experiência com escolas radiofônicas, lançada pelo bispo Eugênio Sales em Natal em 1958. [...]criado pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, deveria executar um plano quinquenal (1961-1965), [...]. As atividades do MEB tinham como unidade básica de organização o “sistema” (composto de professores, supervisores, locutores e pessoal de apoio), encarregado da preparação dos programas e sua execução através da emissora da diocese local e do contato com as classes de aula. (FVG/CPDOC, 2009)

Além de ofertarem a alfabetização de jovens e adultos, essas campanhas difundiam o método do educador Paulo Freire e, sobretudo, buscavam a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Com o golpe militar de 1964, elas foram extintas.

O golpe militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos, seus ideais, censurados. [...] A repressão foi a resposta do Estado autoritário à atuação daqueles programas de educação de adultos cujas ações de natureza política contrariavam os interesses impostos pelo golpe militar. A ruptura política ocorrida com o movimento de 64 tentou acabar com as práticas educativas que auxiliavam na explicitação dos interesses populares. O Estado exercia sua função de coerção, com fins de garantir a “normalização” das relações sociais (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 113).

Tentando ocupar os espaços deixados pelos movimentos sociais que sofriam a repressão, segundo Scocuglia (2003), surgiu em 1965, a Cruzada da Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), no Recife, que com seu carácter conservador acaba ganhando destaque no cenário nacional. Entretanto, devido a uma série de críticas sobre a sua condução, a Cruzada ABC foi se extinguindo aos poucos no país e, por seguinte, substituída pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Esse foi implantado em dezembro de 1967, mas teve suas atividades iniciadas no país apenas em 1970.

Criado pela lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, como Fundação Mobral, o programa tinha como objetivo acabar com o analfabetismo e oferecer condições a jovens e adultos de iniciar ou prosseguir seus estudos, concentrando-se no ensino da leitura e da escrita e de alguns conhecimentos matemáticos (JARDILINO; ARAÚJO 2014), sendo extinto em 1985.

Em outubro de 1989, foi lançado o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA-SP), na gestão de Paulo Freire, à frente da Secretaria Municipal de Educação, tendo o seu início efetivo em janeiro de 1990. A filosofia educacional do MOVA-SP tinha uma perspectiva emancipatória (GADOTTI, 2013), e seus objetivos eram:

- 1º. desenvolver um processo de alfabetização que possibilitasse aos educandos uma leitura crítica da realidade;
- 2º. por meio do Movimento de Alfabetização, contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos educandos e dos educadores envolvidos;

- 3º. reforçar o incentivo à participação popular e à luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular;
- 4º. reforçar e ampliar a atuação dos grupos populares que já trabalhassem com alfabetização de adultos na periferia da cidade (GADOTTI, 2013, p. 30).

O movimento estendeu-se por todo o território nacional, em 2003, e mantém uma linha pedagógica comum, comemorando dez anos em 2013, agora denominando-se Mova-Brasil.

Outra iniciativa também implementada no âmbito da EJA foi a Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, fundada em 1994, na capital de São Paulo, como uma associação sem fins lucrativos quando o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), encerrou suas atividades. Com foco nas áreas de cultura, educação e juventude, dedica-se à formação de educadores, de jovens e agentes culturais, à produção de materiais didáticos e metodologias participativas, à difusão cultural, à pesquisa, informação e mobilização social, atuando em redes de ensino e escolas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil (OSCs), coletivos e comunidades no Brasil e no mundo (AÇÃO EDUCATIVA, s/d).

A Ação Educativa conta com inúmeros apoiadores financeiros, como agências internacionais, órgãos públicos, empresas e pessoas físicas, envolvendo vários setores de prestação de serviços. Em 2002, criou o Observatório da Educação, com objetivo de acompanhar a cobertura da mídia sobre o tema e promover debates sobre a educação, como direito humano e divulgando informações (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

No estado do Rio Grande do Sul, a EJA perpassa por inúmeras situações de abrangência e falta. O estado criou e aderiu a inúmeros programas, dos quais podemos citar a criação do Instituto de Cultura Popular, em 1963; o MOBREAL, na década de 70; o MOVA-POA, em 1997, e após o MOVA-RS, em 1999. Muitos desses programas tiveram impactos positivos na sociedade gaúcha, em especial, o MOVA-RS. Porém, eles não foram duradouros no estado, encerrado as suas atividades até o ano de 2003. Atualmente, o estado conta com escolas que oferecem a EJA, especialmente, à noite, e com os Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA), que estão espalhados por várias cidades do estado e com organizações diversas de modo a atender o seu público-alvo.

Ao analisarmos o percurso histórico da EJA, percebemos que o Brasil criou inúmeras campanhas para alfabetizar jovens e adultos, porém, muitas campanhas

não tiveram um efeito duradouro no país, por inúmeros motivos, fazendo com que muitos jovens e adultos continuem sem concluir os seus estudos. É expressivo o número de instituições, turmas ou programas que são extintos, especialmente, no estado do Rio Grande do Sul, que apesar de sua eficácia, como foi o caso do MOVA-RS, acabou por não ter continuidade, sendo extinto no ano de 2003.

2.2 PERCURSO LEGAL DA EJA

No percurso legal, a EJA surge com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 5.692, promulgada em 11 de agosto de 1971. Designada como Ensino Supletivo, buscava ofertar o ensino de 1º e 2º graus em tempo reduzido. Como afirma Jardimino e Araújo (2014), a modalidade abrangia o ensino de leitura, escrita e os rudimentos da matemática, além da formação profissional e do ensino das disciplinas propedêuticas, conforme as necessidades da comunidade a ser atendida, com estrutura, duração e regime escolar diferenciados.

Essa proposta também permitia que os cursos supletivos fossem ministrados através dos diversos meios de comunicação como rádio, televisão, correspondência ou outra mídia que permitisse alcançar quem necessitasse ou desejasse ser alfabetizado.

Com a Constituição Federal de 1988, foi garantida pela primeira vez, no seu art. 208, a educação como dever do Estado, e no seu inciso I, afirma que: “[...] ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Mais tarde, essa garantia foi corrigida pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, garantindo não apenas o Ensino Fundamental, mas sim toda a Educação Básica.

Como modalidade de ensino, a EJA passa a ganhar destaque a partir da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, mantendo uma seção destinada à modalidade. Agora com denominação oficial de Educação de Jovens e Adultos, caracterizando-se como:

Art. 37. [...] destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades

educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Nesse percurso, percebemos que houve uma sistematização de determinações legais para a modalidade, dentre elas podemos destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, o Parecer nº 11 de 10 de maio de 2000, ressaltando as funções reparadora, qualificadora e equalizadora da modalidade de ensino.

O último dispositivo legal a ser lançado foi a lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional da Educação (PNE), com vigência de 10 anos a contar da data de sua promulgação, estabelecendo 20 metas a serem cumpridas em seu período de vigência. Dentre essas metas, estão as metas 8, 9 e 10 que estão diretamente ligadas a alfabetização e a educação de jovens e adultos:

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Apesar dos inúmeros mecanismos legais que garantem a Educação de Jovens e Adultos, muito ainda precisa ser feito. Ou seja, não só para garantir o ingresso desses sujeitos, mas também a sua permanência e êxito nesta modalidade. A parceria entre a União, estados, municípios e o Distrito Federal, nesse contexto, é de suma importância para que os objetivos propostos pelos mecanismos legais sejam alcançados, garantindo, assim, uma educação de qualidade aos jovens e adultos.

2.3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetização, segundo a autora Magda Soares (2018), é o processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita. É um processo de representação de fonemas em grafemas e vice e versa. Num sentido mais restrito

alfabetizar-se é aprender a ler e escrever. É um processo individual no qual o sujeito, ao alfabetizando, constrói e reconstrói hipóteses sobre a língua escrita, compreendendo os códigos que o cercam.

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual. (TFOUNI, 2002, p. 9)

No século XX, surge a necessidade de uma nova palavra para expressar a operacionalização do uso social da leitura e da escrita, surgindo no Brasil, em 1986, pela primeira vez, a palavra letramento (SOARES, 2018).

Esse termo novo na língua portuguesa, já aparecia nos Estados Unidos e na Inglaterra, em meados do século XIX, como “*Literacy*”, traduzido para o português como “condição de ser letrado” (SOARES, 2019). Apesar do termo já estar em uso na língua portuguesa, ele não substituiu a palavra alfabetização, muito pelo contrário, é um termo que é diferente em seu significado, mas que é indissociável do processo de alfabetização.

[...] embora distintos alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2018, p. 64).

O letramento é a capacidade do sujeito fazer uso social da língua escrita e da leitura para resolver problemas do cotidiano, compreendendo a função social dos textos lidos. O termo não é apenas utilizado em conjunto com a alfabetização, já se fala de letramento matemático, letramento científico, demonstrando que o termo é abrangente.

[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2019, p. 40).

Na perspectiva da autora Magda Soares (2019), o ideal seria “alfabetizar-letorando”, já que os alfabetizando já nascem imersos em contextos de letramento. No caso dos jovens e adultos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), as práticas de alfabetização devem apropriar-se desse conceito de alfabetizar-letorando, já que os alfabetizando estão cada vez mais inseridos em contextos de letramento.

Sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo como um ato criador. Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizando. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo de alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito (FREIRE, 1982, p. 21).

Para Paulo Freire (1982), a alfabetização se faz com os sujeitos, num processo criador e transformador. Para ele, os sujeitos apropriavam-se da leitura de mundo que, em comparação, podemos associá-la ao conceito de letramento, dimensão que precedia a leitura da palavra, podendo associar essa à alfabetização, num processo que não deveria ser mecânico, e sim transformador.

A alfabetização não deve ser apenas considerada como aquisição do código escrito, mas um processo político, libertador que oriente o alfabetizando na conquista da sua consciência crítica, utilizando os seus conhecimentos prévios e suas vivências como norteadores do processo, como afirmava Paulo Freire (1983, p. 111): “Por isso a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador”.

No contexto da alfabetização de jovens e adultos é de extrema importância que o educador desta etapa tenha clareza quanto ao entendimento dos conceitos de alfabetização e letramento, para que não ocorra em sua prática pedagógica uma valorização de um conceito ou de outro, especialmente na EJA, onde os sujeitos já estão inseridos em práticas de letramento, no qual o ideal é estabelecer um diálogo entre suas vivências, dúvidas, necessidades, como norteadores do processo de ensino-aprendizagem, de forma a propiciar uma educação onde os sujeitos que dela fazem parte possam compreendê-la e intervir de forma ativa na diversas realidades em que estão inseridos, fazendo com que o alfabetizar-letorando seja, enfim, concretizado nesta etapa.

3 METODOLOGIA

A estrutura metodológica desse trabalho se orienta pelo estudo de caso, perspectiva que: “Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico” (FONSECA, 2002, p. 33), através de uma abordagem quanti-qualitativa.

A abordagem quantitativa, como esclarece Fonseca (2002, p. 20): “[...] recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc.”. Já a abordagem qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, com o aprofundamento da compreensão da dinâmica social. Quando utilizado em conjunto uma abordagem quanti-qualitativa, nos permite recolher mais informações do que poderíamos conseguir isoladamente (FONSECA, 2002).

O corpus de dados desse trabalho foi construído a partir de um questionário, formado por 11 perguntas aplicado aos professores de uma turma de alfabetização da EJA; da análise de 4 cadernos de atividades escolares, e de entrevistas semiestruturadas com uma das alunas, integrante de uma turma multisseriada correspondente aos anos iniciais, da rede estadual, localizada no município de Bento Gonçalves. A análise do material compilado será estrutural na compreensão dos processos de alfabetização e letramento emergentes do contexto em tela.

4 CONTEXTO DA PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

O município de Bento Gonçalves conta com quatro instituições que oferecem a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo 388 sujeitos matriculados na modalidade. Desse número de instituições, apenas duas ofertam turmas de anos iniciais do ensino fundamental, sendo uma delas numa instituição prisional.

O contexto da pesquisa ocorreu em um Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA), localizado no município de Bento Gonçalves/RS. Esse estudo teve como foco uma turma multisseriada, composta, na época, por 22 alunos matriculados, estruturada, especialmente, no processo de alfabetização.

É importante ressaltar que as análises do material são produzidas a partir da perspectiva de alfabetizar-letrando e se estruturam em registros e enunciados de uma das alunas da turma, uma mulher de 51 anos, que frequenta a instituição há 3 anos. Foram analisados quatro cadernos, sendo um total de 641 enunciados das atividades, desses, 425 atividades voltadas para a alfabetização – sistematização do sistema de escrita - e 24 voltadas para o letramento – envolvendo contextos sociais. Além das entrevistas realizadas com a discente.

Soma-se ao escopo do material de análise, os enunciados compilados a partir do questionário aplicado junto aos docentes da turma. Composto por 11 perguntas, o questionário teve como objetivos: a) compreender a concepção de alfabetização e letramento na EJA; b) as estratégias metodológicas; e, c) como ocorre a aprendizagem nesta etapa de ensino. A seguir, são apresentadas as perspectivas dos sujeitos envolvidos.

4.1 PERSPECTIVA DOCENTE

Nessa seção, analisaremos as perspectivas dos docentes a respeito da alfabetização e do letramento na Educação de Jovens e Adultos, as suas estratégias metodológicas para a aprendizagem nesta etapa de ensino através das análises dos questionários. Os dois docentes que responderam aos questionários já possuem experiências anteriores na EJA, assim como atuam há 17 anos no magistério, lecionando em outras modalidades de ensino.

Tabela 1 – Perfil dos docentes

Professor (a)	Formação	Tempo de atuação na EJA	Tempo de magistério
Professora	Licenciatura Geografia, Pós AEE e Gestão do Trabalho pedagógico.	3 anos	17 anos
Professor	Licenciatura plena em Letras Português e Literatura	10 anos	17 anos

Fonte: Compilado pela autora (2019).

Seguindo a organização do instrumento de coleta de dados, os professores foram questionados sobre os conceitos de alfabetização e letramento, apresentado as respostas conforme trechos abaixo:

“Entendo que a alfabetização é um processo pessoal em que o indivíduo descobre o mundo codificado. Quando estamos num universo letrado nos apoderamos dele de alguma forma, podemos demorar mais ou menos tempo, mas esse processo é pessoal e intransferível. Alfabetizar-se é aprimorar nosso jeito de decodificar, isso pode ser lendo, calculando, interpretando ou argumentando. É um processo interminável que melhoramos durante toda a vida. Nunca estaremos prontos pois existem muitos saberes e jamais dominaremos todos [...]. O letramento é a base da alfabetização, isso é, o primeiro contato com o mundo das letras, dos códigos, dos sinais, dos símbolos, dos números e das abstrações. (PROFESSOR)”

“Toda a pessoa que sabe ler e escrever é alfabetizada. A Alfabetização é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever, o indivíduo faz uso individual da escrita e leitura. Sabe codificar e decodificar a escrita e os números. A diferença entre alfabetização e letramento está no domínio que a pessoa tem sobre a leitura e escrita. O letramento desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais. Uma pessoa letrada sabe usar a leitura e a escrita de acordo com as necessidades. Organizar discursos, interpretação e compreensão de textos, consegue refletir sobre o que leu. (PROFESSORA)”

É possível perceber que os docentes possuem compreensão sobre alfabetização e letramento, distinguindo os seus conceitos e atribuindo importância a cada um dos processos.

[...] alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais [...] (SOARES, 2018, p. 64).

Analisaremos a compreensão dos professores sobre alfabetizar-letrando na Educação de Jovens e Adultos:

“Alfabetizar-letrando na EJA, é mostrar que o mundo de cada um pode ser lido, escrito, relido, reescrito, pintado da cor que cada um escolher. Dar ao indivíduo condições de decodificar sua língua mãe e buscar através dela as informações mais básicas que o rodeiam. Por exemplo ver a data de validade de um alimento ou pegar um ônibus no terminal (PROFESSOR)”

“Como a minha função não era alfabetizar respondo conforme o convívio dentro do EJA. O professor estava sempre preocupado em oportunizar ao aluno situações de aprendizagem da língua escrita nas quais o aprendiz tinha acesso aos textos e situações sociais do uso deles, mas levando a construir a compreensão acerca do funcionamento do sistema de escrita alfabética (PROFESSORA)”

Nos relatos dos docentes acerca de alfabetizar-letrando na EJA, percebe-se no discurso da professora, uma omissão no ato alfabetizador, onde diz claramente que

não é sua função, mas também percebemos que há o entendimento da necessidade de situações que levem os educandos a refletir sobre a sua realidade. No relato do professor, percebemos uma preocupação com os diversos contextos dos educandos, favorecendo a busca pela compreensão do mundo que os cerca, para a sua emancipação social e política. Segundo Morais e Albuquerque (2006, p. 75): “[...] ‘alfabetizar letrando’ requer: (a) democratizar a vivência de práticas de uso da leitura e da escrita; (b) ajudar o aluno a, ativamente, reconstruir essa invenção social que é a escrita alfabética”.

Sobre as estratégias metodológicas utilizadas na EJA, os docentes deram as seguintes respostas:

“O alfabeto é imprescindível. O sujeito precisa conhecer os símbolos e os sons que o alfabeto tem para se alfabetizar. Mas o contexto em que usamos o alfabeto deve ser o de cada alfabetizando, só assim fará sentido para ele (PROFESSOR)”.

“As estratégias estão sempre voltadas ao perfil do aluno, seu ritmo de aprendizagem e outras especificidades, além de garantir o cumprimento das suas funções reparadoras, função qualificadora e função equalizadora (PROFESSORA)”.

Vejamos sobre o trabalho com as disciplinas realizado com os educandos da EJA, assim como seus métodos e estratégias relatados pelos docentes:

“Nas séries iniciais da EJA trabalhamos habilidades. Ler, escrever, calcular. E o professor deve antes de tudo escutar. Alguns temas geradores são sempre propostos dentre eles: cidadania, relações interpessoais, relações de trabalho, saúde, empatia, situações matemáticas, economia, política, sociedade (PROFESSOR)”.

“O professor sempre procura relacionar as suas estratégias ao perfil da sua turma. Aula expositiva, dialogada, individual, em grupos, material concreto, placas. Depende muito do professor alfabetizador (PROFESSORA)”.

Ambos os professores sinalizaram a importância de as estratégias metodológicas fazerem sentido aos alunos, considerando os seus perfis, ritmos, contextos, cumprindo também as suas funções das intervenções pedagógicas previstas legalmente como funções reparadoras, qualificadoras e equalizadoras. Nos relatos sobre as disciplinas, percebemos as mesmas preocupações de escuta e análise do perfil da turma para dar continuidade ao seu fazer pedagógico. Cabe ressaltar a resposta dada pelo professor sobre as estratégias metodológicas, onde

afirma que o alfabeto é imprescindível e que o sujeito da EJA precisa conhecer os símbolos e sons para assim alfabetizar-se.

Assim, julgamos que um ensino que promove a familiarização com as letras (suas formas e nomes) é importante, tendo bem claro que não faz sentido ensinar primeiro as letras (ou seus sons isolados), para só depois desenvolver atividades voltadas à compreensão de como as letras funcionam ou à ampliação do letramento dos jovens e adultos (LEAL; MORAIS, 2006, p.132).

Os docentes que participaram deste trabalho, possuem experiência na Educação de Jovens e Adultos, assim como também compreendem e sabem diferenciar os termos alfabetização e letramento. Porém, ainda, não relacionam os dois com o conceito de alfabetizar-letando na EJA, algo imprescindível a esses sujeitos, já que as práticas pedagógicas não devem privilegiar um conceito ou outro na atuação com os educandos da modalidade de ensino. Com relação as estratégias metodológicas, percebemos uma grande variedade delas e a preocupação em adequar suas metodologias de ensino ao seu público-alvo, fazendo com que a aprendizagem seja significativa a eles.

4.2 PRODUÇÕES DA ALUNA

Aqui, analisaremos as produções e enunciados da discente da Educação de Jovens e Adultos, entre os anos de 2017 a 2019, período correspondente à inserção da discente na EJA. Conforme feito com os docentes, as entrevistas realizadas com a discente têm como foco compreender como ocorria o processo de alfabetização e letramento e as estratégias metodológicas propostas pelos docentes.

As atividades analisadas foram coletas de quatro cadernos, sendo cada um correspondente a um ano e dois correspondentes ao mesmo ano, como nos esclarece a tabela 2.

Tabela 2 – Análise dos cadernos

Cadernos	Ano de Inserção na EJA	Alfabetização	Letramento
Caderno 1	2017	119	11
Caderno 2	2018	167	2
Cadernos 3 e 4	2019	139	11

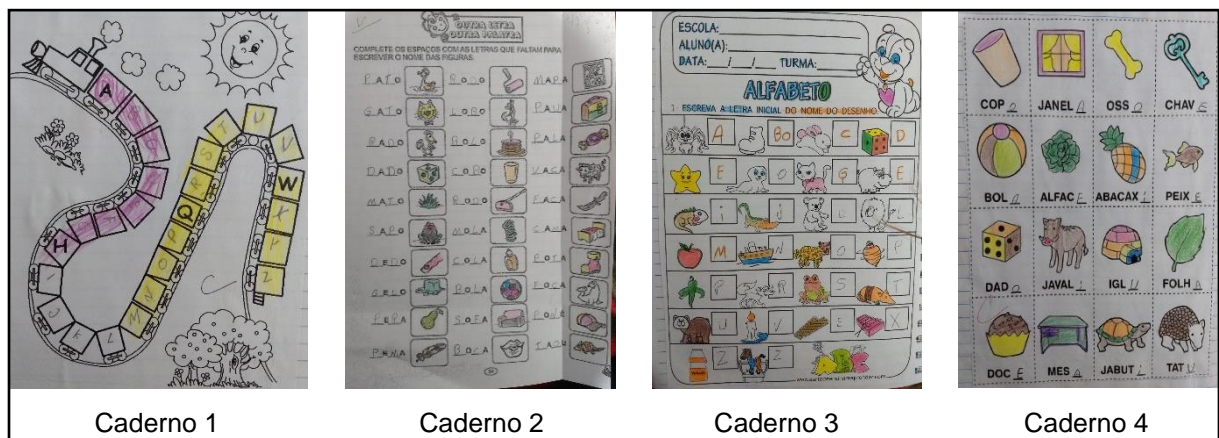
Fonte: Compilado pela autora no período de 2017 a 2019.

As atividades nos respectivos cadernos foram organizadas de acordo com a opção metodológica de cada docente. Em relação às atividades propostas, podemos observar que houve uma preocupação constante com atividades voltadas à alfabetização e muito menos ao letramento.

Assim teríamos alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES, 2019, p. 47).

O ideal seria que as atividades propostas levassem em consideração tanto a alfabetização quanto ao letramento. Na figura 1, a seguir, pode-se ver algumas das atividades propostas nos cadernos analisados.

Figura 1 – Cadernos analisados



Fonte: Fotos da autora (2020).

Sobre as atividades propostas, a discente discorre:

“Sempre que entrava um professor novo, eles começavam do zero com a gente, como se a gente não soubesse nada. Demoravam pra entender que a gente queria ler e escrever sozinhos, ir no banco sem depender de um parente, pegar ônibus sem ter que ficar pedindo pras pessoas na parada, ler as informações do quadro da firma. Quando o professor entendia isso já era final do ano, aí no outro ano vinha um professor novo pra começar tudo do zero com a gente mais uma vez (DISCENTE)”.

O relato acima demonstra que as necessidades dos educandos não eram atendidas, ou seja, que os professores demoravam a compreender o que eles

buscavam na instituição de ensino, desconsiderando a sua realidade e seus saberes prévios acerca do mundo em que estavam inseridos, iniciando todos os anos com as mesmas atividades, voltadas em sua maioria para o processo de alfabetização.

[...] julgamos que o professor precisa conhecer as propriedades e princípios que regem nosso sistema de escrita e conhecer bem as etapas que os alunos percorrem, ao viver a aprendizagem do mesmo. Cremos que só assim os docentes poderão propor intervenções mais eficazes para ajudar os alunos e alunas a “desvelarem o mistério do alfabeto” (LEAL; MORAIS, 2013, p. 47).

Conhecer os educandos e as diversas realidades em que estão inseridos é o primeiro passo para se propor intervenções eficazes aos sujeitos que buscam nas instituições de ensino uma oportunidade de concluir os seus estudos e inserir-se no mundo “grafocêntrico” no qual tanto sofrem discriminações e preconceitos. Contudo, isso não significa desconsiderar as etapas e habilidade pertinentes ao processo da alfabetização, contemplando não somente a alfabetização, mas a alfabetização e o letramento concomitantemente.

As estratégias metodológicas utilizadas pelos professores variavam, porém, na análise das atividades percebemos que todos partiam do alfabeto, do ensino das letras, para as sílabas, até chegarem nas palavras. Atividades que envolviam textos relacionados ao contexto dos discentes eram poucos ou quase raros. Percebemos várias atividades nos cadernos que envolviam o letramento ao abordar temas como o folclore. E, nos cadernos 3 e 4, além do folclore, atividades relacionadas ao gênero textual receita.

“Os professores davam bastante folhas pra nós. A professora como tinha os grandes e eles iam fazer as provas pra passar de ano, dava as folhas e deixava que fizéssemos sozinhos, pois tinha que dar mais atenção pra eles. Não eram atividades que eu gostava muito de fazer, pois não conseguia entender e ela demorava pra nos explicar. Os grandes não gostavam quando ela ficava nos ajudando muito, eles queriam mais a atenção dela. A primeira professora só dava mais atenção para os grandes e foi bem difícil ter vontade no início, já a segunda professora, ela não conseguia nos entender muito bem e muita gente desistiu de ir pra escola, mas com o professor era diferente, ele dizia que nós sabíamos muito e que ia nos ajudar a aprender, as aulas dele eram muito boas, fazíamos cartazes, colocávamos lá para os outros alunos olharem que a gente mesmo escrevia, eles iam na nossa sala perguntar se tínhamos feito e claro que eu ficava muito feliz, pois eu tinha conseguido escrever algumas palavras com a ajuda do professor mas tinha conseguido (DISCENTE)”.

Através do relato da discente podemos perceber que no início da escolarização, o foco estava centrado em alguns sujeitos, que como ela relata, iriam realizar as

provas para avançar em seus estudos, o que gerava desmotivação, já que eram propostas atividades sem participação ativa dos educandos, as quais eles não compreendiam. Evidenciamos o sentimento de felicidade da discente quando o professor dá voz a esses sujeitos, enfatizando que eles possuem saberes, assim como os fazendo participar ativamente das atividades, dando autonomia aos mesmos e fazendo com que percebam que estão avançando em relação a sua aprendizagem já que estão produzindo materiais, ganhando visibilidade de outros sujeitos que estão inseridos no ambiente escolar.

Como afirma Albuquerque (2003) “Os alunos precisam ser envolvidos em situações concretas de produção de significados, seja na leitura, seja na produção de textos”. É possível notar também a dificuldade de gestão dos docentes numa turma multisseriada. Isso dialoga muito com a questão de formação continuada de professores em serviço quando há mudanças de metodologia e/ou organização do espaço/sala de aula. Caso as mudanças sejam ignoradas, a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem é afetada.

Analisando as atividades propostas e os relatos da discente, percebemos que a preocupação e foco nos três anos de inserção da aluna na EJA, era majoritariamente, o processo de alfabetização, desconsiderando os saberes prévios dos educandos, assim como o que já haviam construído em anos anteriores. Alguns professores, como relata a aluna, até estavam mais abertos ao diálogo, mas outros os desconsideravam e os deixavam para segundo plano, fazendo com que muitos desistissem das aulas, não dando sequência aos seus estudos.

Percebemos nesse contexto muito singular, lacunas que afetam diretamente a compreensão mais aprofundada do público-alvo da EJA, já que a sua metodologia se difere das demais modalidades de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dessa experiência situada, afirmo que a Educação de Jovens e Adultos ainda é tratada com pouca relevância no país, refletindo diretamente no número significativo de pessoas não alfabetizadas. Inúmeros programas foram propostos ao longo da história do Brasil destinados à EJA, porém, não tiveram durabilidade por inúmeras razões.

Apesar do avanço dos instrumentos legais que amparam a modalidade e seu público alvo, o direito a uma educação de qualidade continua sendo negado a esses pelos órgãos competentes, que tem fechado inúmeros núcleos, escolas e turmas que ofertam a modalidade, implicando no enfraquecimento de dimensões estratégicas, como, por exemplo, a formação continuada de professores.

Os poucos sujeitos que conseguem retornar a escola, ainda se deparam nas turmas de alfabetização com o descaso nas atividades propostas a eles, que não possuem conexão com o seu público alvo ou que desconsideram os saberes e conhecimentos prévios dos educandos acerca da realidade em que estão inseridos, com atividades voltadas especialmente à alfabetização e que muitas vezes infantilizam os sujeitos no processo.

Isso tudo revela que faltam investimentos na modalidade, assim como formação continuada aos professores que nela atuam como destacado acima. O trabalho revela também, uma ineficiência no processo formativo, na perspectiva do alfabetizar-letRANDo, algo imprescindível na modalidade, já que corresponde o alfabetizar desses jovens e adultos na perspectiva do letramento, levando-os a refletir sobre a realidade em que estão inseridos a fim de modificá-la.

Esse trabalho foi de grande importância para o meu percurso acadêmico, me proporcionando um novo olhar acerca da alfabetização e do letramento de Jovens e Adultos, possibilitando muitas reflexões sobre esses processos. Foi um trabalho envolvente, desafiador e motivador, fazendo com que buscasse um novo olhar para os sujeitos que frequentam a EJA, que são produtores de muita cultura e tem muito a nos ensinar, mas poucas possibilidades para isso.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA. **Sobre nós**. São Paulo: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/sobre-nos/historia/>. Acesso em: 10 de out. 2019.
- ALBUQUERQUE, Eliana Correia de. **A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BARRETO, Sabrina das Neves. **O processo de alfabetização no MOVA-RS: narrativas e significados na vida de mulheres**. Dissertação de Mestrado. Rio Grande, RS: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.
- BORGES, Liana da Silva. **A alfabetização de jovens e adultos como movimento: um recorte na genealogia do MOVA**. Porto Alegre: Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 de out. 2019.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 de out. 2019.
- _____. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. Seção 1, p. 1. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.
- FÁVERO, Osmar. **Memórias das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)**. [s.l.]: [2---]. Disponível em: http://forumeja.org.br/df/files/leiamais_apresenta.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1990.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **Movimento de Educação de Base (MEB)**. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-educacao-de-base-meb>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GADOTTI, Moacir (Org.) **Mova-Brasil 10 anos: movimento de alfabetização de jovens e adultos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**, São Paulo, n. 14, p.108-130, 2000.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magda Bonifácio de. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. São Paulo: Cortez, 2014.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60**. Brasília: Plano, 2003.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TOKARNIA, Mariana. **Analfabetismo cai, mas Brasil ainda tem 11 milhões em ler e escrever**. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos>. Acesso em: 02 nov. 2020.



QUESTIONÁRIO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nome completo:

Idade:

Formação acadêmica:

Tempo de atuação na EJA:

Tempo de magistério:

1) O que você entende por alfabetização?

2) O que você entende por letramento?

3) O que é alfabetizar-letrando no contexto da EJA?

4) Quais estratégias metodológicas são utilizadas nesta etapa?

5) Quais elementos, para você, constituem a aprendizagem na EJA?

6) Como as disciplinas são trabalhadas (métodos/estratégias)?

7) O que significa ser um educador na EJA? E por que você escolheu lecionar nessa modalidade de ensino?

8) Quais dimensões influenciam no seu planejamento?

9) Como é feita a avaliação da aprendizagem? Quais instrumentos são utilizados?

10) Qual é o maior desafio na sala de aula?

11) Qual a relevância da EJA no contexto educacional nas esferas municipal, estadual e nacional?



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Bento Gonçalves

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu _____, portador do RG _____, autorizo a utilização das informações por mim prestadas por meio de questionário durante as atividades realizadas pela estudante Bruna da Silva, no âmbito do Componente Curricular Práticas Investigativas em Educação - TCC II, no curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves, sob a orientação da professora orientadora Aline Santos Oliveira.

_____ Bento Gonçalves, ____ de _____ de 20____.
Assinatura do/a responsável